

FMI? O PMDB diz não a Bresser.

O partido aprova a negociação com os bancos, mas não dá o aval que o ministro queria.



Bresser e os líderes do PMDB, na casa de Ulysses Guimarães.



Fernando Henrique



Mário Covas



Luiz Henrique

Dólares da Itália para esta ferrovia do Paraná

Como resultado da viagem do governador do Paraná, Alvaro Dias, à Europa, o governo da Itália vai liberar US\$ 2,5 milhões para a elaboração de um projeto de desenvolvimento integrado do Paraná, reunindo a construção da Ferrovia da Produção e da Hidrovia do Ivaí, a irrigação de 50 mil hectares e a ampliação do Porto de Paranaguá.

O projeto será desenvolvido pela Fiat, pela Ferrovia do Estado da Itália e pelo Porto de Trieste, e deverá estar concluído até o final do ano.

Dias, que retornou ontem de Paris, anunciou em Curitiba, que o Banco Indo Suez, da França, está interessado em con-

verter a dívida contraída pelo Brasil em investimentos no Paraná. Outros interessados no projeto, segundo ele, são a Canadian Pacific, do Canadá, e o grupo francês Alstom. O governador, que viajou com o ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares, acertou ainda a criação de uma joint venture com a Fiat para facilitar a exportação de grãos do Paraná para a Itália.

O interesse do governo italiano nas obras é criar novas formas de importação de grãos. Hoje, 60% da soja exportada saem pelos Estados Unidos e o preço do grão é fixado apenas pela Bolsa de Chicago. A Itália pretende elevar a exportação feita pelo Brasil — que hoje é de 20% — para suprir

seu mercado com preços mais compatíveis. "Com a ferrovia teremos condições de competir no mercado internacional", disse Dias, já que o custo do frete por rodovia fica em US\$ 45 por tonelada de grão exportado, enquanto que por ferrovia o preço cai para US\$ 25.

O custo do trecho Guarapuava-Laranjeiras do Sul-Cascavel, de 250 km, que possibilitará o escoamento de 10% da produção nacional de grãos para Paranaguá, será de US\$ 300 milhões. Já a construção da Hidrovia do Ivaí, que possibilitará a irrigação de 50 mil hectares de terra e a instalação de uma hidrelétrica com capacidade de 120 mil KW, custará US\$ 250 milhões.

RELAÇÕES CORDIAIS

A deputada Rose de Freitas desmentiu ontem, categoricamente, que o chamado movimento Unidade Progressista do PMDB tenha rompido com Ulysses Guimarães, durante uma reunião, realizada pela manhã, em que o presidente do partido e 27 parlamentares discutiram a decisão do governo de voltar a negociar com o Fundo Monetário Internacional. "Não houve nada de rompimento porque ele não apenas se dispôs a cumprir as diretrizes da convenção, como também lutar por avanços na Constituição", disse a deputada, que foi a anfitriã do encontro.

Na reunião, os deputados exigiram, segundo Rose de Freitas, "a rejeição de acordos com o FMI" e reafirmaram "a crença de que a transição democrática somente será assegurada por uma política econômica autônoma e uma legitimidade junto à maioria da sociedade". Ainda de acordo com a deputada, o MUP pensa que o governo, com o Plano Bresser, já adotou as condições exigidas pelo FMI, com o rebaixamento dos salários, a manutenção de juros reais em níveis muito elevados, os cortes nos gastos públicos e nos investimentos das empresas estatais, as sucessivas desvalorizações cambiais e a redução da demanda interna para gerar saldos comerciais elevados.

Ao final do encontro, o MUP divulgou nota oficial solicitando aos líderes do PMDB que cumpram os desejos das bases, manifestadas na convenção.

Já o PFL quer ouvir do ministro da Fazenda, Bresser Pereira, esclarecimentos sobre como estão sendo feitos os entendimentos do governo com o FMI. O presidente do partido, senador Marco Maciel, informou ontem, após audiência com o presidente Sarney, que o PFL só adotará uma posição sobre a volta do Brasil ao FMI quando Bresser explicar que negociações são essas e em que níveis elas se passam. Maciel adiantou, porém, que o partido "não aceitará o monitoramento do Fundo".

O encontro de Bresser com os líderes do PFL deverá acontecer nos próximos dias, segundo Marco Maciel.

O FMI NÃO MUDOU

A possibilidade de o Brasil fazer um acordo formal com o Fundo Monetário Internacional (FMI), sem o monitoramento, após as negociações com os bancos privados, não passa de uma ilusão. Foi o que afirmou, ontem, em São Paulo, o economista e ex-assessor do ex-ministro Dilsen Funaro, Paulo Batista Nogueira Júnior, durante um debate na Ordem dos Economistas. Depois de declarar-se contrário a qualquer tipo de negociação com o FMI, o economista lamentou o fato de o ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, da Fazenda, ter retornado dos Estados Unidos achando que o País tem alguma coisa a ganhar indo ao Fundo. Na opinião do economista, a moratória é o único instrumento de que o Brasil dispõe para uma negociação com os credores fora dos padrões convencionais.

Todos os argumentos utilizados até agora no sentido de convencer o PMDB e a opinião pública sobre as vantagens do acordo com o FMI não têm lógica, segundo o economista, que atualmente é chefe do Centro de Estudos Monetários e Economia Internacional da Fundação Getúlio Vargas, no Rio. "Quem tem o mínimo de informação e conhecimento sobre a sistemática do FMI sabe que não tem sentido o Fundo fazer um acordo abrindo mão do monitoramento. Isto só seria possível se o FMI tivesse mudado, mas isto não aconteceu. O que existe é um debate acadêmico sobre a necessidade de o Fundo mudar suas regras."

É ilusão também acreditar, afirma, que um acordo formal com o FMI facilitaria a negociação com os bancos, além de garantir o acesso do Brasil a recursos novos, como é o caso do dinheiro do Japão. "O México levou 10 meses para fechar um acordo com os bancos, apesar do monitoramento do FMI, e este tempo só não foi maior porque as negociações foram atropeladas pela moratória brasileira. A Argentina também teve problemas sérios neste sentido."

Quanto ao dinheiro japonês, Batista Júnior afirmou que "O Brasil não deve conduzir as negociações da dívida com a perspectiva ilusória de que possa vir a ser beneficiado. Quanto é esse dinheiro que o Japão diz ter disponível? Quais os países que seriam beneficiados? Que critérios seriam adotados para a distribuição destes recursos? Sem isto, é impossível fazer projeções. Neste momento o Brasil tem duas possibilidades: ou aproveita a moratória para fechar um acordo mais duradouro ou faz uma negociação do tipo fôlego curto."

Todos os indícios, diz o economista, "inclusive as metas do Plano Macroeconômico, levam a crer que o Brasil escolheu a segunda opção. Com isto, diz ele, em dezembro de 1988, o País estará diante de um novo dilema: suspender, de novo, os juros correspondentes a 1989, não negociados, ou manter o pagamento, comprometendo a estratégia de crescimento econômico. O crescimento só é compatível, segundo o economista, com transferência de recursos não superior a US\$ 8 bilhões por ano.

Depois de reconhecer a falta de sustentação política do governo, o economista disse que o Brasil não conseguiu aproveitar os benefícios da moratória. A estratégia mais correta, segundo ele, seria manter a moratória por cinco anos, como sugeriu, no debate, o presidente do Sindicato dos Economistas de São Paulo, Odilon Guedes Pinto Júnior, para que o País se recomponha estruturalmente, "saída da condição de dependência em que se encontra frente à economia internacional".

O economista defendeu também a utilização aos superávits para aumentar as reservas do País, o que, segundo ele, não está acontecendo. "O Clube de Paris, que detém 10% da dívida brasileira, vai receber este ano US\$ 1,8 bilhão de juros e parte do principal. "A moratória que o governo diz ter estendido ao Clube corresponde ao não-pagamento de US\$ 500 milhões relativos a dívidas vencidas."

Marceli J. da Silva

Foi uma decepção para o ministro da Fazenda, Bresser Pereira. Ele pretendia convencer o PMDB a avalizar desde já, e oficialmente, seu plano de recorrer ao Fundo Monetário Internacional assim que tivesse obtido um acordo em separado com os bancos credores privados. Mas a cúpula do partido foi irredutível, ontem, durante um almoço com Bresser na casa de Ulysses Guimarães: aval, só para a negociação com os bancos. De FMI nem se fala, pelo menos por enquanto.

"No PMDB, ir ao FMI é um palavrão", disse Ulysses a Bresser, no almoço do qual participaram, além dos dois, os líderes Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Henrique, o senador Severo Gomes e o assessor ministerial Ailton Soares. O clima anti-FMI — assunto que Ulysses teme poder vir a dividir o partido — estava tão pesado na reunião que Bresser nem mesmo chegou a defender a ida ao Fundo. "Eu quero uma revolução, isto é, a negociação isolada com os bancos. E isso estava elaborado na minha cabeça há 15 dias", se justificou Bresser.

Pouco antes de seguir para a casa do presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, Bresser manifestara o desejo de ver "a total aprovação das atitudes que tomei lá nos Estados Unidos". Na reunião, porém, segundo assessores de Bresser, os líderes do PMDB admitiram que se o ministro conseguir passar pelos bancos credores sem o monitoramento do FMI, estaria criado um fato novo, e haveria motivos para que o partido reavaliasse a situação.

Apesar da irredutibilidade do PMDB, o almoço que reverteu as expectativas ministeriais e a conversa de 40 minutos, logo após, foram realizadas em clima tranquilo. Logo no início, Severo Gomes, exibindo o documento aprovado na recente convenção nacional, afirmou que "isto aqui é o nosso evangelho", ao que Ulysses completou: "A posição do partido (em relação ao FMI) é histórica".

A partir daí engrossou o coro contra o Fundo e Bresser resolveu explicar a metodologia da negociação, salientando que pretendia inaugurar uma nova fase entre devedores e credores, frisando que isso seria feito sem qualquer interferência do FMI e que a conversa com esse organismo e com o Clube de Paris ficaria para depois.

Covas ponderou que isso apenas mudaria a ordem dos fatores, já que o Brasil acabaria no FMI. Mas Bresser reagiu, mostrando-se entusiasmado com a perspectiva de se entender preliminarmente com os bancos, insistindo em que se tratava de uma "revolução". E Covas se convenceu. Bresser garantiu não ter tocado na questão da conversão de parte da dívida em capital de risco em suas conversas nos Estados Unidos, e que a moratória continuará caso os bancos não fechem o acordo.

No entanto, apesar de terem encostado o ministro na parede durante o almoço, as declarações oficiais das lideranças e do próprio Ulysses trataram de esconder isso, atribuindo a Bresser a qualidade de grande negociador da dívida externa. Ninguém, por exemplo, se lembrou de que ele anunciara, nos Estados Unidos, a disposição de convencer o PMDB da conveniência de apoiar já a ida posterior ao Fundo. O líder Luiz Henrique até observou que "ele (Bresser) não tem muita facilidade para se expressar e isso às vezes confunde as pessoas".

Ulysses concordou que a proposta de se chegar primeiro a um entendimento com os bancos, antes e ir ao FMI, é "inovadora", mas se recusou a responder se o País recorrerá ao Fundo, alegando que tratar do assunto agora seria o mesmo que responder em termos de hipótese ou divagação.

Bresser, vencido, comentou: "Vamos ver como fica isto no futuro. Não há nenhuma decisão a ser tomada neste momento em relação ao FMI". Ponderou, porém, que "alguns" de seus interlocutores no almoço acham que o FMI nunca vai mudar, mas outros acham que talvez mude.

Diante dos resultados, Ulysses assegurou que Bresser tem todo o apoio do partido, "interna e externamente". E depois do almoço, já na Câmara dos Deputados, os líderes do PMDB mostravam-se satisfeitos, com Luiz Henrique afirmando ser Bresser "honrado, patriota e integrado ao PMDB", por ter garantido uma negociação da dívida externa sem arrastar a soberania nacional e sem afetar o crescimento interno.

Mário Covas, de seu lado, disse não estar "em jogo a ida ao FMI e sim uma negociação a nível de bancos, que me pareceu positiva. Bresser é um homem que merece nosso respeito".

Fernando Henrique lembrou que o interesse maior para que o País saia da moratória é dos bancos e que não há evidência de que o FMI tenha mudado sua receita tradicionalmente recessiva, que pode, segundo ele, ser muito boa para os EUA, onde os ajustes são feitos a custos sociais suportáveis. Mas não para o Brasil, onde uma recessão é sinônimo de agravamento do quadro de fome, mortalidade infantil, entre outras consequências negativas.

Quanto à possibilidade de o País obter recursos do Japão à custa de um acordo com o FMI, Fernando Henrique advertiu que não se pode raciocinar em cima de rumores, mas sim de questões concretas. "Há dinheiro? Quanto? Em que condições ele poderá ser emprestado? Essas condições são vantajosas para o Brasil? E mais: se não houver capitais disponíveis, qual será a estratégia de desenvolvimento?", indagou o senador. E concluiu que será a partir de uma postura de realismo e não de xenofobia quanto ao capital estrangeiro que a questão terá de ser considerada.

Já o ministro Bresser Pereira defendeu-se das alegações do PMDB, afirmando não ver qualquer contradição entre o que ele quer fazer e as diretrizes do partido. Não haveria o que monitorar, segundo ele, se o acordo com os bancos já estiver fechado antes do início da conversa com o FMI. Além disso, o governo só submeteria ao Fundo seu próprio programa, não recessivo, "e há disposição no Fundo de aprovar o nosso plano".

Agora, segundo assessores da Fazenda, a "negociação" com o PMDB se interrompe. O próximo lance é de Bresser, ao tentar o acordo com os bancos privados, a partir de setembro.